

Enade das Licenciaturas 2025: qualidade, inclusão e os desafios da formação docente no Brasil

Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas 2025 trouxeram dados importantes sobre a formação inicial de professores no Brasil. Ao mesmo tempo, a repercussão pública dos resultados tem frequentemente reduzido um fenômeno complexo a uma interpretação simplificada: a de que os problemas identificados decorreriam essencialmente da educação a distância.

Inicialmente, é importante destacar que os microdados públicos atualmente divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) contemplam apenas a avaliação teórica do Enade das Licenciaturas — realizada por meio da Prova Nacional Docente (PND) — não incluindo ainda os resultados da etapa prática desenvolvida durante os estágios supervisionados e da regência em escolas de educação básica.

Os microdados da avaliação teórica do Enade das Licenciaturas mostram diferenças entre cursos presenciais e EaD. Entre os concluintes com resultados válidos no exame, a média geral da EaD foi de aproximadamente 49,9 pontos, enquanto no presencial ficou em cerca de 61,4 pontos, em uma escala de 0 a 100. A diferença média entre as modalidades foi, portanto, de aproximadamente 11,5 pontos.

Entretanto, análises mais aprofundadas mostram que **essa diferença não pode ser interpretada de forma simplista nem atribuída exclusivamente à modalidade.**

Os próprios dados oficiais do MEC indicam que cerca de 60% dos concluintes das licenciaturas avaliadas em 2025 estavam matriculados em cursos de educação

a distância. Isso significa que a EaD já ocupa posição estrutural na formação docente brasileira, especialmente em regiões interiorizadas e em contextos marcados por dificuldades históricas de acesso ao ensino superior presencial.

Os dados também mostram que **os estudantes da EaD possuem um perfil bastante distinto do perfil dos estudantes do ensino presencial tradicional**. A idade média dos concluintes da EaD foi de aproximadamente 35,8 anos, em comparação com cerca de 28,5 anos no presencial. Isso sugere forte presença de estudantes trabalhadores, formação em serviço, retorno tardio aos estudos e trajetórias educacionais não lineares.

As análises também indicam que as diferenças entre EaD e presencial tendem a diminuir à medida que a **faixa etária** dos estudantes aumenta. Entre os concluintes mais jovens, a distância entre as modalidades mostrou-se mais elevada, enquanto, entre estudantes adultos e em formação tardia, as diferenças foram menores. Esse cenário indica que **uma parte importante das diferenças observadas pode estar associada não à modalidade, mas ao perfil social, profissional e educacional dos concluintes**.

Esse ponto é particularmente relevante porque muitos estudantes mais velhos da EaD têm trajetórias bastante diferentes do perfil tradicional do ensino superior presencial. Frequentemente conciliam trabalho, família e formação acadêmica, já atuam profissionalmente — muitas vezes na própria educação básica — e retornam aos estudos com objetivos profissionais mais definidos. Em muitos casos, a formação ocorre simultaneamente à prática docente.

Isso ajuda a compreender por que as diferenças entre EaD e presencial tendem a diminuir entre estudantes adultos. Enquanto entre estudantes mais jovens o desempenho pode refletir de forma mais intensa desigualdades acumuladas de formação, capital cultural, disponibilidade de tempo e condições de estudo, entre

estudantes mais velhos os perfis das modalidades tornam-se relativamente mais próximos. Além disso, estudantes adultos que concluem cursos EaD frequentemente apresentam trajetórias marcadas por maior autonomia, persistência e experiência profissional, o que também pode contribuir para reduzir parte das diferenças identificadas.

Os resultados também mostram que as diferenças entre EaD e presencial variam fortemente conforme a **área de formação**. Em algumas licenciaturas, como Ciência da Computação, as variações foram muito pequenas. Em Física, Química e Ciências Biológicas, elas também tenderam a ser menores. Já em áreas como Pedagogia, História e Artes Visuais, as variações apareceram de forma mais acentuada. Isso sugere que **os resultados do Enade não refletem um único “efeito EaD”**, mas sim interações complexas entre a área, o perfil estudantil, os modelos pedagógicos e o contexto institucional.

Outro achado importante surge quando os resultados são analisados por **categoria administrativa**. As diferenças entre EaD e presencial mostraram-se significativamente menores em instituições públicas estaduais e em instituições comunitárias e confessionais do que na média geral observada no sistema. Os dados apontam que o debate sobre qualidade não pode ser reduzido simplesmente à modalidade de oferta, pois há forte influência de fatores institucionais, acadêmicos e regionais.

Talvez o resultado mais relevante das análises preliminares seja justamente o observado nos modelos estatísticos controlados. Quando se comparam simplesmente EaD e presencial, as diferenças de desempenho aparecem de forma bastante expressiva. Entretanto, ao controlar simultaneamente fatores como a área de formação, a categoria administrativa, a região e o perfil etário dos estudantes, essa diferença diminui substancialmente. Esses resultados reforçam que **parte importante das diferenças observadas está associada não apenas à**

modalidade, mas também às características estruturais dos cursos e ao perfil social e educacional dos concluintes.

Os próprios microdados também revelam uma importante sobreposição entre as distribuições de desempenho das modalidades. **Há cursos EaD com desempenho superior à média presencial e cursos presenciais com desempenho inferior à média geral da EaD.** Além disso, os próprios dados divulgados pelo MEC mostram que **centenas de cursos de EaD obtiveram conceitos 3, 4 e 5 no Enade.** Isso enfraquece interpretações simplistas que associam automaticamente a qualidade ao ensino presencial e a baixa qualidade à educação a distância.

O **paradoxo** torna-se evidente quando experiências públicas, gratuitas, interiorizadas e de grande escala, como a da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), aparecem entre os melhores desempenhos relativos da EaD nas licenciaturas e, ao mesmo tempo, passam a enfrentar incertezas quanto à viabilidade futura de parte de sua oferta diante do endurecimento regulatório em discussão.

Os dados também sugerem que parte dos desafios revelados pelo Enade pode estar relacionada não à modalidade, mas ao próprio processo de massificação e expansão da formação docente no Brasil. A EaD passou a absorver uma grande parcela de estudantes historicamente excluídos do ensino superior tradicional — adultos trabalhadores, estudantes do interior, pessoas com trajetórias interrompidas e grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, parte da diferença identificada pode refletir desigualdades educacionais acumuladas ao longo de décadas no sistema brasileiro de educação básica e superior.

Esse debate torna-se ainda mais relevante no contexto da revisão das **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** das licenciaturas, atualmente em

consulta pública no Conselho Nacional de Educação. O novo marco regulatório da EaD, estabelecido pelo Decreto nº 12.456/2025, já introduziu mudanças profundas nas condições de oferta das licenciaturas, especialmente em relação à presencialidade, às atividades síncronas, aos estágios supervisionados e ao funcionamento dos polos.

A proposta de ensino semipresencial prevista no novo Decreto busca atingir um equilíbrio entre atividades presenciais e mediação pedagógica digital, ao estabelecer percentuais mínimos de presencialidade e de atividades síncronas mediadas. Entretanto, algumas propostas atualmente discutidas em audiência pública do CNE visam ampliar significativamente as exigências presenciais nas licenciaturas, com potencial impacto sobre a atratividade e a sustentabilidade da formação docente no país. Em um contexto marcado por déficit de professores, interiorização incompleta do ensino superior e dificuldades históricas de acesso, medidas excessivamente restritivas podem acabar reduzindo a procura pelas licenciaturas sem evidências claras de melhoria proporcional da qualidade. O risco é retomar um modelo de formação mais restrito e menos acessível justamente em um momento em que o país necessita ampliar sua capacidade nacional de formação docente.

Os próprios documentos divulgados pelo MEC deixam claro que os resultados do Enade estão sendo utilizados como fundamento para medidas regulatórias e de supervisão mais rigorosas nas licenciaturas. Isso torna ainda mais importante que os dados sejam interpretados com cautela e com profundidade analítica.

Nesse contexto, **a revisão das DCNs deveria buscar harmonização com o novo Decreto, e não ampliar ainda mais o distanciamento em relação às possibilidades de oferta previstas pelo próprio marco regulatório.** O risco é que respostas regulatórias excessivamente homogêneas acabem tratando de forma equivalente realidades institucionais bastante distintas, atingindo inclusive

experiências socialmente relevantes de educação digital — públicas, comunitárias e privadas — que desempenham papel importante na interiorização e na ampliação da formação docente no país.

O próprio MEC reconhece simultaneamente a centralidade da EaD na formação docente brasileira, a heterogeneidade dos resultados entre áreas e categorias institucionais e a necessidade nacional de ampliar a formação de professores. Isso exige cautela para que respostas regulatórias homogêneas não reduzam a capacidade nacional de formação, justamente em regiões e contextos em que ela é mais necessária.

Instituições como a Univesp, em São Paulo, criadas justamente para ampliar o acesso, a interiorização e a formação superior pública em larga escala, demonstram preocupação com a viabilidade futura de suas licenciaturas diante do aumento progressivo das exigências regulatórias. Em um cenário marcado por déficit de professores, envelhecimento da carreira docente e dificuldade de atração para as licenciaturas, políticas excessivamente restritivas podem acabar reduzindo justamente a capacidade nacional de formação docente.

Nada disso significa negar os problemas apontados pelo Enade. Há, sim, necessidade de aperfeiçoamento da formação inicial, fortalecimento dos estágios, melhoria do acompanhamento acadêmico e qualificação permanente dos modelos de oferta. Mas os próprios dados sugerem que o debate precisa ser mais sofisticado do que uma simples oposição entre EaD e presencial.

O Brasil enfrenta simultaneamente o desafio de elevar a qualidade da formação docente e de ampliar sua capacidade de formar professores em larga escala. Essas duas agendas não deveriam ser tratadas como opostas.

A questão central talvez não seja decidir entre modalidades, mas compreender quais modelos de formação docente conseguem articular qualidade

acadêmica, mediação pedagógica, atividades práticas presenciais, incluindo extensão, inclusão social, interiorização e sustentabilidade da oferta educacional em um país continental e profundamente desigual como o Brasil.

É justamente nesse contexto que o **32º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância (CIAED 2027)**, a ser realizado em Manaus, com o tema “Interiorização, Inclusão e Sustentabilidade”, assume relevância estratégica. Em um momento de profundas transformações regulatórias e institucionais, o evento contribuirá para ampliar o debate nacional sobre modelos de educação digital capazes de combinar qualidade, inovação pedagógica, presença educacional e democratização do acesso, especialmente em regiões historicamente menos atendidas pela educação superior no formato presencial.

Os resultados da Prova Nacional Docente 2025, teórica, representam, em grande medida, uma fotografia do passado recente da formação docente no Brasil, revelando problemas acumulados ao longo dos últimos anos. Entretanto, **seria um equívoco olhar para o futuro apenas pelo retrovisor**. O país passou a contar, em 2025, com um novo marco regulatório para a educação superior e a educação digital, incluindo o Decreto nº 12.456/2025 e novos referenciais de qualidade do ensino superior, construídos com ampla participação dos diferentes agentes educacionais e da sociedade. Esses instrumentos devem servir como ponto de partida para os aperfeiçoamentos necessários na formação superior brasileira, incluindo as licenciaturas, evitando conclusões simplistas de que a modalidade, isoladamente, define a qualidade da formação. O desafio exige análises mais profundas e estruturais da realidade educacional brasileira.

Prof. Dr. João Mattar
Presidente
Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)